

# NOTAS EXPLICATIVAS (ANEXO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**SNC-AP**

**Norma Técnica 1/2017**

**Portaria nº 218/2016 de 9 de agosto** (Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas)

**PCM** – Plano de Contas Multidimensional


**NCP 1** - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras

**Modelo Único de Prestação de Contas das Entidades Públicas (Simplex + | Medida #60)** – UNILEO



## ÍNDICE DE CONTEÚDOS

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO .....</b>	<b>8</b>
1.1. Identificação da entidade, período de relato .....	8
1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras .....	14
<b>2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS .....</b>	<b>17</b>
2.1. Bases de mensuração .....	17
2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro .....	23
2.5. Principais julgamentos e estimativas sujeitas a maior risco .....	24
<b>3. ATIVOS INTANGÍVEIS .....</b>	<b>25</b>
3.1. Ativos intangíveis gerados internamente e outros .....	25
3.2. Outras divulgações de ativos intangíveis .....	28
<b>5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS .....</b>	<b>30</b>
5.1. Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras .....	30
5.6. Outras divulgações .....	36
<b>6. LOCAÇÕES.....</b>	<b>38</b>
6.2. Locações operacionais - locatários .....	38
<b>13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO .....</b>	<b>40</b>
<b>14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO .....</b>	<b>42</b>
14.1. Divulgação das classes de rendimentos sem contraprestação .....	42
<b>15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES .....</b>	<b>43</b>
<b>17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO .....</b>	<b>43</b>
<b>18. OUTRAS DIVULGAÇÕES .....</b>	<b>44</b>
18.1. ATIVO .....	44
18.2. PASSIVO .....	45
<b>19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS/GASTOS DE PESSOAL .....</b>	<b>49</b>
<b>20. DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS .....</b>	<b>52</b>
20.1. Divulgação de controlo .....	52
20.2. Divulgação de transações entre partes relacionadas .....	53



20.3. Pessoas chave da gestão .....	54
<b>23. VARIAÇÕES DE FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS .....</b>	<b>56</b>
<b>24. TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS .....</b>	<b>56</b>
<b>25. VARIAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO .....</b>	<b>57</b>



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura nº 1: Organograma.....	11
Figura nº 2: Composição do quadro de pessoal segundo a modalidade de vinculação e género (31-12-2020 e 31-12-2019).....	12
Figura nº 3: “Quadro 1.1 – Desagregação de caixa e depósitos”.....	15
Figura nº 4: “Quadro 3.1 – Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas”.....	26
Figura nº 5: “Quadro 3.2 – Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período”.....	27
Figura nº 6: “Quadro 3.2A – Ativos intangíveis – adições”.....	28
Figura nº 7: Ativos intangíveis materialmente relevantes.....	29
Figura nº 8: “Quadro 5.1 – Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas”.....	32
Figura nº 9: “Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período”.....	33
Figura nº 10: “Quadro 5.2A – Ativos fixos tangíveis – adições”.....	34
Figura nº 11: “Quadro 5.2B – Ativos fixos tangíveis – diminuições”.....	35
Figura nº 12: Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda estão em uso.....	36
Figura nº 13: Ativos fixos tangíveis materialmente relevantes.....	37
Figura nº 14: “Quadro 6.2 – Locações operacionais – locatário”.....	38
Figura nº 15: Acordos de locação operacional significativos.....	38
Figura nº 16: Rendas de instalações.....	39
Figura nº 17: “Quadro 13.1 – Rendimentos de transações com contraprestação”.....	41
Figura nº 18: “Quadro 14.1 – Rendimentos sem contraprestação”.....	42
Figura nº 19: “Outras divulgações (ativo) – Clientes, contribuintes e utentes”.....	44
Figura nº 20: “Outras divulgações (ativo) – Diferimentos”.....	45
Figura nº 21: Outras divulgações (passivo) – Fornecedores.....	46

Figura nº 22: Outras divulgações (passivo) – Estado e Outros Entes Públicos.....	47
Figura nº 23: Outras divulgações (passivo) – Outras contas a pagar .....	47
Figura nº 24: Outras divulgações (passivo) – Diferimentos.....	48
Figura nº 25: Gastos de Pessoal – rubrica 01 .....	51
Figura nº 26: Divulgação de partes relacionadas .....	52
Figura nº 27: Transações entre partes relacionadas.....	54
Figura nº 28: Remunerações das pessoas chave da gestão .....	55
Figura nº 29: Composição da rubrica «Fornecimentos e Serviços Externos» .....	56
Figura nº 30: Composição das transferências concedidas (pagamentos de apoios sociais a formandos) .....	56
Figura nº 31: Variações do Património Líquido».....	57

## INTRODUÇÃO

No presente ponto da Conta de Gerência de 2020, serão apresentadas as notas que pretendem clarificar e ajudar à interpretação dos valores apresentados nas demonstrações financeiras expostas anteriormente. As notas compreendem a divulgação de um resumo das políticas contabilísticas significativas e também da exposição de outras notas explicativas.


O CECOA toma como referencial contabilístico o SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública) e as publicações referentes à aplicação do seu regime simplificado. São também consideradas as disposições genéricas relativas à Contabilidade Pública, as emitidas pelo Tribunal de Contas e pela UNILEO.

Desta forma, as demonstrações financeiras encontram-se elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos aceites em Portugal, definidos pelo SNC-AP e demais legislação portuguesa, tendo a sua preparação obedecido à convenção dos custos históricos, em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, da continuidade, da especialização dos exercícios, da consistência, da materialidade e da substância sob a forma. Tentou-se também que as divulgações a seguir apresentadas sejam claras, objetivas e precisas, tomando a compreensibilidade enquanto característica fundamental da informação financeira divulgada.





As divulgações que se seguem serão, por vezes, efetuadas recorrendo à apresentação dos dados em quadros normalizados – de acordo com os modelos publicados no «Manual de Implementação do SNC-AP» (emitido pela Comissão de Normalização Contabilística) e no «Modelo Único de Prestação de Contas das Entidades Públicas (Simplex + | Medida #60)» (emitido pela UNILEO) – de forma a facilitar a divulgação e sistematização da informação complementar exigida pelo SNC-AP. Na definição das notas apresentadas foi tido em conta o critério da materialidade das quantias envolvidas e dos temas objeto de relato.

As notas divulgadas respeitarão a numeração e a ordem previstas no normativo vigente, sendo acrescentados alguns pontos, sempre que necessário. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo, ou são notas não aplicáveis ao CECOA, ou são referentes a situações em que a sua apresentação não foi considerada relevante para a leitura e interpretação das demonstrações financeiras. O mesmo sucede em relação aos quadros explicativos cujos títulos tomam, por vezes, como referência a nomenclatura constante nas





instruções divulgadas pelo Tribunal de Contas, no «Manual de Implementação do SNC-AP» e no «Modelo Único de Prestação de Contas das Entidades Públicas (Simplex + | Medida #60)».



Em primeiro lugar será apresentada informação que pretende enquadrar a entidade, o período de relato e o referencial contabilístico. Depois será feita a exposição de dados relativos às bases de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas usadas. Seguir-se-á a divulgação de outras informações que não tendo sido detalhadas nas demonstrações financeiras apresentadas, constituem dados relevantes para a sua melhor compreensão. Por último, há a referir que cada item na face das demonstrações financeiras que tenha merecido uma nota constante no presente anexo, terá uma referência cruzada entre as várias demonstrações financeiras divulgadas.



## 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

### 1.1. Identificação da entidade, período de relato

- a) **Designação da entidade:** CECOA – Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins;  
**NIF: 501 791 949**
- b) **Endereço/domicílio/sede:** Rua da Sociedade Farmacêutica, N° 3, 1169-074 LISBOA
- c) **Código da classificação orgânica:** 111 901 600;
- d) **Tutela:** Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;
- e) **Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável:**
  - a. Decreto-lei nº 165/85 de 16 de maio;
  - b. Portaria nº 510/86, de 10 de setembro;
- f) **Natureza da atividade:** formação profissional;

#### 1.1.1. Enquadramento da entidade e da atividade:

Criado em julho de 1986, o CECOA – Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins – resulta de um protocolo celebrado entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP) e a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP). Este acordo foi formalizado aquando da publicação da portaria nº 510/86 no Diário da República nº 208, de 10 de setembro de 1986.

O CECOA configura-se como um organismo dotado de personalidade jurídica enquanto pessoa coletiva de direito público, sem fins lucrativos, e detém autonomia administrativa, financeira e patrimonial no desenvolvimento da sua atividade, estando sob a tutela do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social.

O financiamento principal da atividade é assegurado através da transferência regular de fundos pelo IEFP. Existe também financiamento da atividade com recurso a receita própria gerada e a transferências de fundos da União Europeia.

De acordo com o definido no protocolo de criação e tendo também em conta a autonomia estatutária atribuída, o CECOA tem como principal objetivo a promoção de atividades de

educação e de formação profissional para o setor do comércio e dos serviços, incluindo a aprendizagem.

De âmbito nacional, o CECOA tem a sua sede em Lisboa e conta com delegações no Porto e em Coimbra.

O início, efetivo, da atividade do CECOA ocorreu em abril de 1987, em Lisboa. Em 1988 a atividade estendeu-se a outros pontos do território, com a abertura das delegações norte e centro. Os primeiros cursos de formação iniciaram em 1987 – com formações nas áreas da qualificação profissional inicial e da formação profissional contínua – seguindo-se um período de expansão da atividade – entre 1991 e 1999 – no qual se prosseguiu o desenvolvimento da formação inicial destinada a jovens com cursos de aprendizagem e qualificação inicial. Após isto, iniciou-se um período de consolidação – entre 2000-2016, o qual, com a mudança de século, trouxe novos desafios nas metodologias de formação, no desenvolvimento tecnológico e nas necessidades de formação e de qualificação profissional.

A atividade formativa desenvolveu-se dentro dos seguintes agregados:

- Formação de jovens;
- Educação e formação de adultos;
- Formação de ativos;
- Formação de formadores;
- Serviços à medida das necessidades das organizações;
- Reconhecimento, validação e certificação de competências;
- Projetos de cooperação e parceria;
- Centro de recursos em conhecimento – CRC.

O CECOA possui uma vasta experiência em conceção, planeamento, organização, desenvolvimento e avaliação de ações de formação, em domínios diversificados como: *Marketing*, *Vitrinismo*, *Merchandising*, *Atendimento*, *Vendas*, *Negociação*, *Gestão*, *Contabilidade*, *Desenvolvimento Pessoal*, *Secretariado* e *Trabalho Administrativo*, *Línguas*, *Informática*, *Formação de Formadores* e *Turismo*.

A atuação do CECOA tem-se destacado em:

- Ofertas formativas adequadas às necessidades do mercado;
- Contribuições para o Catálogo Nacional de Qualificações;
- Reconhecimento, validação e certificação de competências;

- Elaboração de estudos ao setor e de suporte à formação;
- Participação em projetos nacionais e internacionais de *I&D* e inovação, em cooperação e parceria;
- Serviços de consultoria e apoio técnico.

#### **1.1.2.1. Estrutura organizacional:**

Relativamente à estrutura organizacional do CECOA apresenta-se, em seguida, o respetivo organograma com a indicação das principais unidades orgânicas:



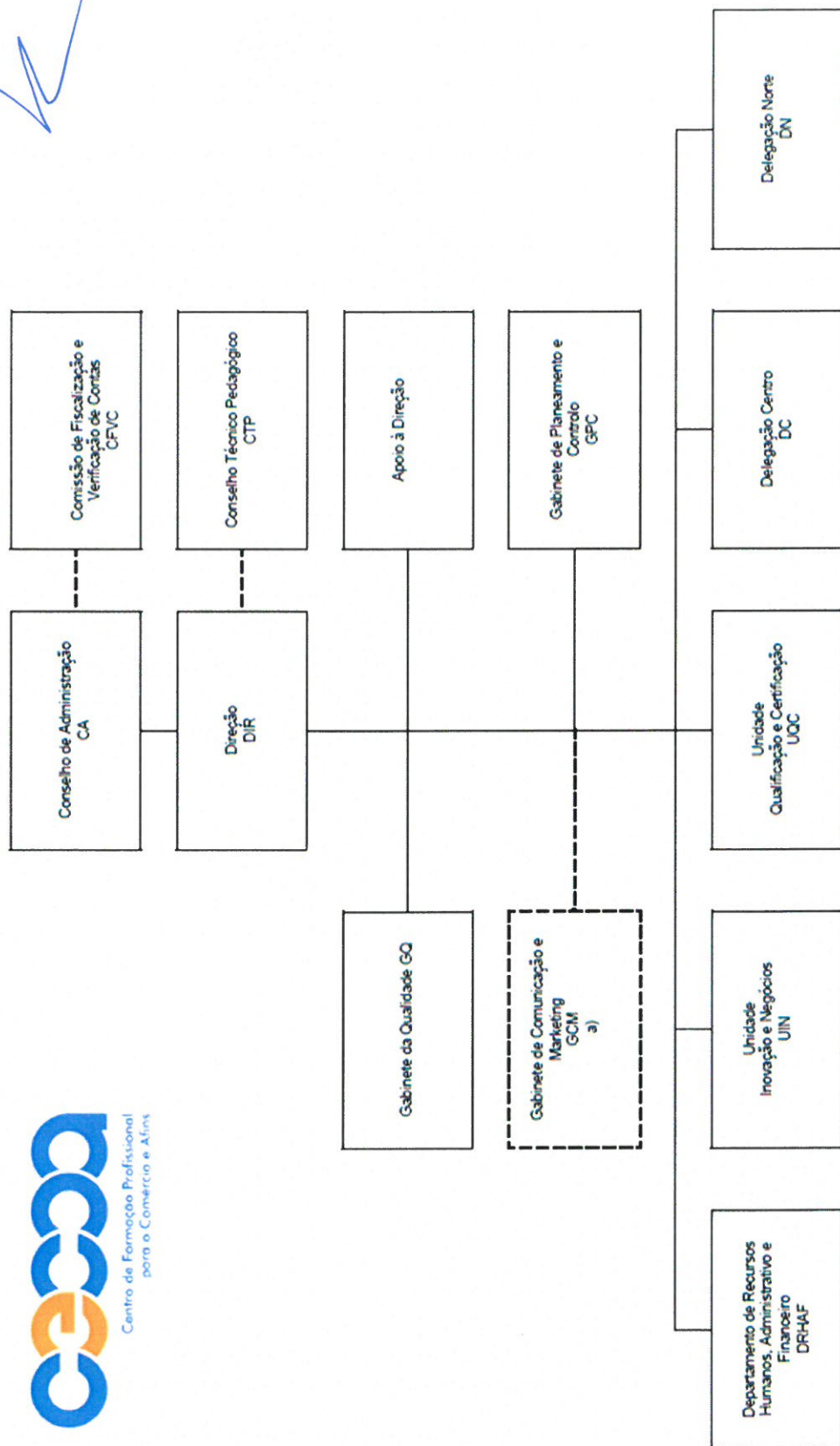


Figura nº 1: Organograma



### 1.1.2.1. Recursos humanos:

Quanto à estrutura dos recursos humanos, a 31-12-2020 o quadro de pessoal do CECOA era composto por 37 trabalhadores – o mesmo número de efetivos face aos dados registados em 31-12-2019.

A distribuição do número de trabalhadores por grupo/cargo/carreira e modalidade de vinculação em 2020 e em 2019 é a da figura que se segue:

#### RECURSOS HUMANOS

##### Trabalhadores por grupo/cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género

Grupo/ Cargo/ Carreira / Modalidades de vinculação	a 31-12-2020					
	CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado		Comissão de Serviço no âmbito do Código do Trabalho		Total	
	M	F	M	F	M	F
Dirigente intermédio de 1º grau				1	0	1
Dirigente intermédio de 2º grau			1		1	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes				3	0	3
Técnico Superior	2	15			2	15
Assistente Técnico	2	13			2	13
<b>Totais:</b>	<b>5</b>	<b>32</b>			<b>5</b>	<b>32</b>

#### RECURSOS HUMANOS

##### Trabalhadores por grupo/cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género

Grupo/ Cargo/ Carreira / Modalidades de vinculação	a 31-12-2019					
	CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado		Comissão de Serviço no âmbito do Código do Trabalho		Total	
	M	F	M	F	M	F
Dirigente intermédio de 1º grau				1	0	1
Dirigente intermédio de 2º grau			1		1	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes				4	0	4
Técnico Superior	2	13			2	13
Assistente Técnico	2	14			2	14
<b>Totais:</b>	<b>5</b>	<b>32</b>			<b>5</b>	<b>32</b>

Figura nº 2: Composição do quadro de pessoal segundo a modalidade de vinculação e género (31-12-2020 e 31-12-2019)

#### 1.1.2.2. Órgãos de gestão, de fiscalização, consultivos e outros:

Relativamente aos **órgãos de gestão** do CECO, a sua constituição em 2020 era a seguinte:

- **Conselho de Administração** – composto por 4 (quatro) membros:
  - Presidente: João Lourenço;
  - Vogais:
    - Ana Cristina Vieira;
    - Carlos Casimiro;
    - Luís Brás;
- **Direção Interina** – composto por 1 (um) membro:
  - Sílvia Coelho.

Quanto aos **órgãos de fiscalização**, a **Comissão de Fiscalização e Verificação de Contas** é constituída por 2 (dois) membros:

- Presidente – Isabel Ferreira Mendes;
- Vogal – Mário Saramago Ferreira.

O **Conselho Técnico Pedagógico** é composto por 4 (quatro) membros:

- Clara Guerreiro;
- Maria Margarida Carvalho;
- Mário Rui Lobo;
- Rui Antunes.

#### 1.1.3. Período de relato em análise:

As demonstrações financeiras de 2020, apresentadas anteriormente, são demonstrações anuais, sendo o período de relato correspondente ao exercício económico de 2020.

## 1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

### 1.2.1. Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras divulgadas anteriormente foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) – aprovado pelo decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro – e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) e do Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (portaria nº 218/2016 de 9 de agosto) considerados relevantes para o CECOA.

De referir que as notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis, ou significativas, para a compreensão das demonstrações financeiras em análise.

#### 1.2.1. Inexistência de derrogações de disposições do SNC-AP

No decorrer do exercício económico de 2020 não ocorreram quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras apresentadas. Assim, não existe nenhuma NCP, relevante, que não tenha sido aplicada, nem existe a derrogação de requisitos de alguma NCP nas demonstrações financeiras apresentadas.

#### 1.2.2. Comparabilidade

O SNC-AP passou a constituir a base da contabilização e reporte da informação contabilística do CECOA a partir de 2018, ano em que foi iniciada a sua aplicação. A data de transição para este novo referencial contabilístico foi o dia 1 de janeiro de 2018.

A contabilização, a mensuração, exposição e reporte dos efeitos financeiros das operações e outros acontecimentos efetuados em 2020 seguiu também o normativo já em utilização, possibilitando assim a comparabilidade de dados.

Desta forma, é possibilitado aos utentes a comparação das demonstrações financeiras do CECOA, ao longo do tempo, de forma a poderem identificar eventuais tendências na posição



financeira e no desempenho do Centro – e uma comparação também dos dados divulgados com os obtidos por outras entidades.

Conforme requisito da aplicação da característica qualitativa da comparabilidade, serão expostas – de seguida – informações relativas às principais políticas contabilísticas usadas na preparação das demonstrações financeiras, de quaisquer alterações nessas políticas e dos efeitos de tais alterações, para que os utentes da informação possam ser capazes de identificar diferenças entre as políticas contabilísticas para transações e outros acontecimentos semelhantes usado pelo CECO, de período para período, e entre diferentes entidades.

Por último cumpre ainda informar que não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior e que a prestação de contas cumpre os pressupostos exigidos quanto às características qualitativas das demonstrações financeiras.

A informação comparativa será, assim, incluída nos comentários, nas várias notas às demonstrações financeiras. A inclusão destes dados ocorrerá sempre que tal situação for relevante para a compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

### 1.2.3. Valores de caixa e depósitos bancários

Relativamente aos valores inscritos na rubrica caixa e em depósitos bancários, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a informação da desagregação dos saldos era a seguinte:

#### 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

##### Quadro 1.1 - Desagregação de caixa e depósitos

		Unidade monetária: euro	
Conta	Descrição	31-12-2020	31-12-2019
<b>111 Caixa</b>		- €	- €
<b>121 Depósito à ordem no Tesouro:</b>			
12101 IGCP - Funcionamento - IBAN nº PT50078101120000000603702		350,31 €	3.255,13 €
12102 IGCP - Administração - IBAN nº PT50078101120000000632220		928,90 €	928,90 €
12104 IGCP - Projetos Europeus - IBAN nº PT50078101120000000632220		52.179,45 €	48.963,44 €
<b>Total de caixa e depósitos:</b>		<b>53.458,66 €</b>	<b>53.147,47 €</b>

Figura nº 3: "Quadro 1.1 – Desagregação de caixa e depósitos"



Em ambos os períodos o saldo em caixa é de 0 €, dado no final de cada exercício económico o valor do saldo a 31 de dezembro ser depositado na conta do IGCP - "Funcionamento".

Os valores referentes a depósitos bancários a 31-12-2020 compreendem, no seu saldo, quantias que transitaram de anos anteriores (correspondentes a uma grande parcela do valor total depositado).

#### **1.2.4. Regime de prestação de contas**

Ao abrigo do SNC-AP e Portaria nº 216/2016 o CECOA encontra-se enquadrado no regime simplificado, não estando sujeito a Certificação Legal de Contas, não obstante, procede à contratação de serviços de Revisão de Contas obtendo um Relatório de Auditoria.

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Quanto às políticas contabilísticas adotadas, as mesmas respeitam o disposto na portaria nº 218/2016, de 9 de agosto – a qual estabelece o regime simplificado do SNC-AP aplicável às entidades de menor dimensão e risco orçamental. As políticas contabilísticas utilizadas permitiram:

- A obtenção de informações relevantes para a tomada de decisões económicas por parte dos utilizadores;
- A transmissão de informação fiável, para que as demonstrações financeiras:
  - Representem de forma fidedigna a posição e o desempenho financeiro do CECOA, assim como os respetivos fluxos de caixa;
  - Reflitam – para além da forma legal – a substância económica das transações, outros acontecimentos e condições;
  - Respeitem os princípios de neutralidade e da prudência e estejam completas em todos os aspetos materiais.

### 2.1. Bases de mensuração

Relativamente às bases de mensuração utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, importa referir que as mesmas foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras e a portaria nº 218/2016 de 9 de agosto (Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, sendo apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e também a moeda de apresentação.

De seguida, apresentam-se as bases de mensuração utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com indicação, para cada rubrica significativa de ativos e passivos, a base de mensuração inicial e subsequente utilizadas:

**2.1.1. Ativos intangíveis:** os itens assim classificados encontram-se registados ao custo de aquisição, sendo reconhecidos apenas no caso de ser provável que

deles advenham benefícios económicos futuros, em que seja possível medir, razoavelmente, o seu valor e o CECOA possua o controlo sobre os mesmos;

- As **amortizações** são calculadas, após o ativo se encontrar disponível para uso, pelo método das quotas constantes (ou da linha reta), com imputação duodecimal e em conformidade com o período de vida útil estimado no «Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento» (o qual substituiu a Portaria 671/2000);

**2.1.2. Ativos fixos tangíveis:** encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações:

- **Equipamento Básico, Equipamento Administrativo, Habitações e Edificações para os Serviços e Outros Ativos Fixos Tangíveis:** encontram-se registados e avaliados pelo custo histórico de aquisição;
- **Depreciações:** As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido, sendo utilizado o método das quotas constantes, com imputação duodecimal, tendo em conta o período de vida útil estimado para cada agregado de bens. Para o cálculo das depreciações são utilizadas as taxas de depreciação que refletem a vida útil estimada dos bens, as quais estão definidas no «Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento». No caso de existirem indícios de alteração da vida útil ou da quantia residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista de forma prospetiva, de modo a refletir as novas expectativas.

**2.1.3. Ativos e passivos correntes:**

- Um **ativo** é classificado como corrente quando cumpra qualquer um dos seguintes critérios:
  - Espera-se que seja realizado, ou que esteja detido para venda/consumo, no decurso do ciclo operacional normal;
  - Espera-se que seja realizado dentro de 12 meses após a data de relato;



- É caixa/equivalente a caixa, a menos que seja limitada a sua troca, ou uso, para regularizar um passivo durante pelo menos 12 meses após a data de relato.
- Um **passivo** é classificado como corrente quando cumpra qualquer um dos seguintes critérios:
  - A ocorrência da sua liquidação é espectável que ocorra no decurso do ciclo operacional normal;
  - Tenha um prazo de vencimento dentro de 12 meses, após a data de relato;

(Todos os outros ativos e passivos são classificados como ativos e passivos não correntes);

#### 2.1.4. Reconhecimento de rendimentos e gastos:

- **Rendimento de transações com contraprestação:** os rendimentos de transações com contraprestação resultam de venda de bens ou prestação de serviços a terceiros, ou outras entidades públicas, ou do uso por terceiros de ativos do CECOA rendendo juros, *royalties*, dividendos e distribuições similares;
  - O rendimento proveniente da **venda de bens** apenas é reconhecido quando:
    - Os riscos e vantagens significativos da propriedade e controlo dos bens, tenham sido transferidos para o comprador;
    - Não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos;
    - A quantia do rendimento possa ser fiavelmente mensurada;
    - Seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluam para a entidade;
    - Os gastos suportados ou a suportar referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.
  - No caso das **prestações de serviços**, quando a conclusão de uma transação puder ser estimada com fiabilidade, o rendimento



associado à mesma é reconhecido com referência à fase de acabamento do contrato, à data do relato (método da percentagem de acabamento);

- **Rendimento de transações sem contraprestação:** inclui impostos e transferências (sejam de caixa ou não), abrangendo as modalidades de transferências financeiras (correntes e de capital), subsídios, perdão de dívidas, multas e outras penalidades, legados, ofertas, doações e bens em espécie e a parte não transacionada, em mercado, de empréstimos bonificados. A forma de reconhecimento dos rendimentos é a seguinte:
  - **Impostos:** reconhecidos quando o acontecimento tributável ocorrer (exceção: circunstâncias extraordinárias em que o reconhecimento pode ser posterior ao acontecimento tributável) e os adiantamentos recebidos antes de o acontecimento tributável ocorrer são reconhecidos como passivo;
  - **Transferências:** reconhecidas quando o acontecimento ocorrer. Os adiantamentos recebidos antes de o acontecimento ocorrer são reconhecidos como passivo;
- **Receitas próprias faturáveis:** as receitas que têm por base a emissão de uma fatura (caso da formação e cedência de salas) o reconhecimento do rendimento ocorre no momento da emissão da mesma, sendo efetuado um ajustamento, no final do exercício. O ajustamento é feito nos casos em que o período de faturação não corresponde ao período efetivo da prestação de serviços de formação. Aí as receitas são reconhecidas na rubrica de "Proveitos diferidos".
- **Receitas próprias não faturáveis:** o reconhecimento do rendimento ocorre com o depósito da receita. Contudo, este reconhecimento não é efetuado, uma vez que o CECOA não dispõe deste tipo de receitas;
- **Orçamento do Estado e investimentos:** o valor do Orçamento de Estado atribuído para despesas correntes é reconhecido como rendimento do exercício (rubrica "Transferências e subsídios correntes obtidos"), no momento da sua entrada, por débito da conta do ativo "IGCP - Administração". A parcela do Orçamento de Estado destinada a despesas de capital é diferida, no balanço, na rubrica de "Transferências e subsídios de capital" (património líquido), sendo transferida para rendimentos através

da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”, em proporção idêntica aos encargos anuais com a depreciação e amortização dos bens subsidiados;

**2.1.5. Reconhecimento de gastos e perdas:** os gastos e perdas são registados de acordo com o regime do acréscimo, segundo o qual os mesmos são reconhecidos à medida que são incorridos, independentemente do momento em que são pagos;

**2.1.6. Subsídios/transferências recebidos no âmbito e projetos liderados pelo CECO, em cooperação com outras instituições:** Sempre que o CECO atua como entidade líder em projetos, em cooperação com outras Instituições, é da sua responsabilidade o pagamento, a essas instituições, dos subsídios atribuídos pelas entidades financiadoras, na quota-parte que estas têm no projeto. Em todas as circunstâncias em que o CECO atua como entidade responsável pelo pagamento a terceiros de subsídios recebidos de outras entidades, essas operações, que constituem pura intermediação, apenas têm reflexo em rubricas de balanço;

**2.1.7. Enquadramento fiscal** – relativamente à aplicação do Imposto sobre o Rendimento, o CECO é uma entidade à qual se aplica o regime geral de tributação, encontrando-se sujeito ao IRC.

## **2.2. Pressupostos e princípios subjacentes à preparação das divulgações da informação das demonstrações financeiras**

### **2.2.1. Apresentação apropriada e conformidade com as NCP**

As demonstrações financeiras apresentadas anteriormente mostram, de forma apropriada, a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do CECO.



Representam igualmente – de forma fiel e de acordo com a definição e os critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP – os efeitos das transações e de outros acontecimentos e condições.

### 2.2.2. Informação comparativa

Relativamente à questão da comparabilidade – e não obstante ao referido anteriormente – sempre que possível, a informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior, para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

O CECOA adotou políticas contabilísticas de maneira consistente ao longo do tempo (relacionadas também com o princípio de continuidade descrito posteriormente). Nos casos em que são efetuadas alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item, ou classe de itens, que tenha sido reclassificada;
- c) A razão para a reclassificação.

### 2.2.3. Consistência de apresentação

De forma a poder proporcionar informação fiável e relevante para os utentes das demonstrações financeiras – e não contrariando o referido anteriormente, acerca da questão da comparabilidade – sempre que possível as demonstrações financeiras mantêm a consistência de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer a nível dos movimentos contabilísticos que lhes deram origem. Excetuam-se os casos em que ocorrem alterações significativas na natureza. Estas situações estão devidamente identificadas e justificadas ao longo deste anexo (caso se aplique).

### 2.2.4. Materialidade e agregação

A natureza e a materialidade afetam a relevância da informação, pelo que cada classe material de itens semelhantes e contas principais são apresentadas individualmente, nas demonstrações financeiras, de acordo com a sua natureza ou função. Os itens de natureza, ou função, diferentes são apresentados em separado – salvo nos casos em que os valores respetivos se afiguram imateriais.



#### 2.2.5. Compensação

Dada a importância do relato individualizado dos ativos e passivos, dos gastos e rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto nos casos em que o mesmo é exigido por uma NCP (Norma de Contabilidade Pública). Quer os ativos e passivos, quer os gastos e rendimentos foram relatados separadamente.

#### 2.2.6. Continuidade

Relativamente a este pressuposto, com base na informação disponível e nas expectativas futuras, o CECOA avaliou a sua capacidade de prosseguir, em continuidade, aquando da preparação das demonstrações financeiras em análise. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas na base da continuidade, uma vez que o CECOA continuará a operar no futuro previsível, assumindo-se que não há a intenção, nem a necessidade de liquidar, ou de reduzir, consideravelmente o nível das suas atividades.

### 2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas, foram preparadas pressupondo:

- A continuidade da atividade do CECOA;
- A informação contabilística retirada dos livros e registos contabilísticos do CECOA, os quais são elaborados tendo em conta os princípios contabilísticos vigentes e aceites em Portugal.

Na análise efetuada não foram detetados riscos significativos que possam levar, durante o ano financeiro seguinte, ao ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos, não sendo espectável a ocorrência de situações que venham a afetar a continuidade do CECOA, de algum dos seus departamentos, ou o comprometimento de alguma das suas fontes de financiamento.

Dada a natureza jurídica do Centro, não estão previstas quaisquer consequências relativas ao seu funcionamento, ou à sua continuidade futura, provocadas pela pandemia COVID 19.

Na publicação das demonstrações financeiras do período em análise são considerados os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e dos passivos (caso

existam). Nos casos em que os valores desses eventos são significativos, os mesmos são objeto de divulgação no presente anexo às demonstrações financeiras de 2020.

## **2.5. Principais julgamentos e estimativas sujeitas a maior risco**

Não se prevê que possa haver nenhuma imparidade e a vida útil do património reflete a realidade do seu estado.

### 3. ATIVOS INTANGÍVEIS

#### 3.1. Ativos intangíveis gerados internamente e outros

O CECOA não detém quaisquer ativos intangíveis gerados internamente. Relativamente aos ativos intangíveis detidos, os mesmos foram valorizados ao custo de aquisição (IVA incluído, dado o mesmo não conferir direito à dedução).

Nos casos em que os respetivos elementos têm uma vida útil limitada, os mesmos ficam sujeitos a uma amortização sistemática, durante esse período. As amortizações foram calculadas com base nas taxas e regras do Anexo III referido no artigo 2º do decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro (PCM – Plano de Contas Multidimensional).

##### 3.1.1. Vidas úteis ou taxas de amortização

Para o cálculo dos períodos de vida útil dos ativos intangíveis e das respetivas taxas de amortização aplicadas é considerado o exposto no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional (Anexo III ao decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro).

Para cada elemento que compõe o ativo intangível do CECOA foi criada uma ficha de Cadastro – a qual tem informação atualizada à data do relato – e nas quais consta, entre outros dados, a respetiva vida útil – ou taxa de amortização – e a quantia escriturada líquida desse ativo.

##### 3.1.2. Métodos de amortização

Para a amortização dos ativos intangíveis foi utilizado o método de amortização das quotas constantes – também designado como método da linha reta.

##### 3.1.3. Quantia bruta escriturada no início e no final do período

Relativamente à quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como às respetivas amortizações acumuladas e às perdas por imparidade acumuladas, os valores apurados no decurso do exercício económico concluído em 31 de dezembro de 2020 foram os seguintes: